

# NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 6 / Dezembro '95 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN: 0872-4733

6

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**GIACOMO BECATTINI / ENZO RULLANI** SISTEMA LOCAL E MERCADO GLOBAL

**ANTONIO VÁZQUEZ-BARQUERO** EVOLUÇÃO RECENTE DA POLÍTICA REGIONAL

**ANTÓNIO BRANDÃO / ADELINO FORTUNATO** CONCORRÊNCIA MULTIMERCADOS E COMÉRCIO INTERNACIONAL

**MARIA CLARA MURTEIRA** TEORIA DO CICLO DE VIDA E FINANCIAMENTO DAS REFORMAS

**DESMOND McNEILL** ECONOMIC APPROACHES TO THE STUDY OF CONSUMPTION

**JOSÉ REIS** ECONOMIA CONSTITUCIONAL, ESTADO E INSTITUIÇÕES

**JOÃO CRAVINHO** INFLAÇÃO, ESTABILIDADE CAMBIAL E POLÍTICA MONETÁRIA

**DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**



## Sistema Local e Mercado Global

Giacomo Becattini Universidade de Florença

Enzo Rullani Universidade de Udine

resumo

résumé / abstract

Neste artigo, os autores propõem uma visão metodológica assente no sistema produtivo local como produtor de *conhecimento novo*. Deste modo, o sistema produtivo local é representado como a unidade de *nível intermédio* que possibilita a compreensão dos circuitos cognitivos que geram as *vantagens competitivas*. A metodologia proposta colhe a interacção entre o local e o global e permite uma estratégia de investigação sócio-económica bastante diferente da geralmente adoptada pelos especialistas, isto é, com um significado prático evidente: os sistemas locais são os verdadeiros *recursos críticos* duma economia nacional e como tal só a sua identificação e consideração pode garantir uma política industrial racional e sistemática.

Dans cet article, les auteurs présentent une nouvelle approche méthodologique du système productif local comme producteur d'un *savoir nouveau*. Le système productif local est considéré comme une unité de *niveau intermédiaire* qui rend possible la compréhension des circuits cognitifs qui sont à l'origine des avantages compétitifs. La méthodologie présentée ici appréhende l'interaction entre le local et le global et permet une stratégie de recherche socio-économique sensiblement différente de celles habituellement suivies, en ce sens qu'elle a une signification pratique évidente: les systèmes locaux sont les *ressources critiques* réelles d'une économie nationale et, par conséquent, seules leur identification et leur prise en compte peut garantir une politique industrielle rationnelle et systématique.

The authors present in this article a new methodological approach based on the local productive system as the generator of a *new knowledge*. The local productive system is considered an *intermediate* unity enabling the understanding of the cognitive circuits that originate competitive advantages. The methodology presented here apprehends the interaction between local and global and allows a social and economic research strategy rather different from the usually followed, i.e., a strategy with a clear pragmatic meaning: local systems are the true *critical resources* of a national economy and consequently only by identifying them and by taking them into consideration can one assure a rational and systematic industrial policy.

## Introdução\*



Nos últimos anos, o aspecto territorial tem vindo a afirmar-se progressivamente como uma das chaves para a compreensão da *complexidade industrial*, ou seja, da variedade e variação dos modos de organização e funcionamento da produção nos vários contextos: nacional, sectorial, empresarial e local. A experiência do “capitalismo japonês” e a das pequenas empresas italianas dos distritos industriais<sup>1</sup> estão ambas na origem desta abordagem. Foram ainda decisivos não só os debates realizados nos Estado Unidos sobre a crise do fordismo e sobre os “novos espaços industriais”, mas também as contribuições teóricas francesas globalmente designadas por *teoria da regulação* (Piore e Sabeï, 1987; Salais e Storper, 1992 e 1993; Boyer, 1986a, 1986b e 1988).

Várias foram, portanto, as vias que levaram a reflexão económica, ou melhor, sócio-económica a enfrentar-se com a variedade dos contextos sócio-culturais da produção. A importância desses contextos e da sua especificidade ia aumentando à medida que iam perdendo força as soluções fordistas outrora responsáveis pelo êxito mundial de algumas regras técnicas e organizativas<sup>2</sup>. Actualmente, a situação alterou-se, quer no plano teórico quer no plano prático. A questão da variedade e variação sócio-cultural começa a introduzir-se no discurso dos economistas, por exemplo, através duma teorização elaborada das *vantagens competitivas*, assente na diversidade e na diversificação dos contextos *nacionais* e *empresariais* que explicam como uma determinada solução tecnológica ou organizativa funciona de forma diferente na empresa A e na empresa B, neste ou naquele país<sup>3</sup>.

O estudo das vantagens competitivas chamou a atenção dos economistas para a variedade e significado dos contextos em que se desenvolve a produção. Fê-lo, porém, de forma parcial e, nalguns casos, *distorcida*. O que aconteceu foi ter-se feito referência sobretudo às diferenças entre os sistemas *nacionais*, no plano macroscópico (relativamente ao qual havia já uma vasta tradição que rapidamente voltou a desenvolver-se), e entre os sistemas de empresas, no plano microscópico. No entanto, salvo em casos muito especiais (por exemplo, os trabalhos sobre os distritos industriais), descuraram-se as diferenças e as variações dos sistemas *locais* infranacionais, diferenças e variações que, bem pelo contrário — e é essa a nossa tese —, são fundamentais para compreender como se organiza e reproduz a complexidade industrial que acaba por determinar as vantagens competitivas dos países, dos sectores produtivos nacionais e das próprias empresas.

Com efeito, a produção é um processo intrinsecamente *localizado*. Cada lugar transpõe para a produção a sua estrutura natural, a sua história, cultura e organização social, isto é, recursos e características que, na sua articulação específica, são diferentes das que são trazidas por outros locais. A primeira conclusão é que a variedade dos locais produtivos não é, em geral, um traço secundário da realidade de que seja possível abstrair numa primeira análise, para depois o integrar quando, por exemplo, se analisa o modo de funcionamento dos sistemas nacionais ou dos sistemas de empresas. De facto, a variedade dos locais e as relações entre eles

\* Neste trabalho, colaborou um grupo muito vasto de investigadores, na maioria ligados às Universidades de Florença (Economia e Comércio), Udine (Economia e Comércio), Modena (Economia e Comércio) e Milão (IEFE, Universidade Bocconi). Muitos outros especialistas, entre eles vários participantes no Convénio de Economia e Política Industrial, deram o seu contributo com comentários e observações a uma primeira versão. A todos queremos aqui agradecer, sem no entanto os responsabilizar pela utilização que fizemos dos seus conselhos. Um agradecimento especial a Sergio Vaccà que constantemente nos encorajou a seguir uma linha de reflexão infelizmente condenada a mal-entendidos fáceis.

1 Da vasta bibliografia sobre este tema, ver Dore, 1988; Becattini (org.), 1987; Brusco, 1989; e Pyke *et al.* (org.), 1990.

2 Expressão, simultaneamente teórica e prática, dessa hegemonia é a infinidade de obras sobre organização de empresas e história económica, de que apenas se cita Chandler, Jr., 1977.

3 Recordam-se as obras fundamentais de Porter, 1985 e 1990.



desempenham, como tentaremos mostrar, uma função essencial na criação de vantagens (ou de desvantagens) competitivas de um país, bem como na sua capacidade de reprodução social.

É neste sentido que pode afirmar-se que a especificidade, o “carácter” de cada “capitalismo nacional” provém da variedade de contextos locais que engloba (e do sistema de relações entre eles) e a que confere um aspecto unitário através do ordenamento jurídico e das funções atribuídas à administração pública.

No entanto, os contextos nacionais, sectoriais e empresariais já assimilados nas categorias e explicações da teoria económica são, de certo modo, contextos de *segunda ordem*. E não apenas relativamente aos agentes individuais que os compõem, mas também relativamente à dimensão mesoeconómica que aqui nos interessa: o sistema produtivo local. De facto, admite-se que há uma determinação recíproca entre os agentes individuais de um dado local (dos sistemas locais) e o sistema de valores, o conhecimento e as instituições existentes nesse mesmo local. O ponto de partida das análises sociais não seria, portanto, o indivíduo (mesmo que socializado), mas o binómio “grupo interactivo de indivíduos/local onde ele se situa” (os habitantes de Birmingham e de Leeds de que fala Pigou)<sup>4</sup>. Isso não impede que, em muitos casos, se formem e organizem convenientemente grupos sociais (por exemplo, ciganos ou matemáticos) que não existem em pontos geográficos específicos. Nestes casos, esses grupos existem, digamos, em “locais virtuais” (a região cigana ou o mundo da matemática): a análise aqui apresentada teria, consequentemente, de ser alterada para se aplicar a essas formações.

A redescoberta da importância fundamental da variedade dos contextos locais como causa da transformação ficará incompleta e continuará a ser insuficiente se não se analisar a *forma* como intervém na criação das vantagens competitivas das empresas e das regiões, e a *forma* como se reproduz no tempo.

Uma solução completa e satisfatória destas questões permitiria atribuir uma *dimensão territorial* intrínseca aos fenómenos económicos e individualizar as múltiplas formas que essa dimensão pode assumir.

A abordagem que seguimos concentra-se no funcionamento do conjunto economia e sociedade, na multiplicidade das suas manifestações locais, dando especial atenção ao processo de criação e de circulação de conhecimento novo. Temos plena consciência de que se trata ainda de uma abordagem incipiente, diferente de outras já consolidadas e instrumentais — como a económico-empresarial, a económico-sectorial ou a económico-nacional —, que não pretende negar-lhes utilidade, mas tão-só sublinhar e ultrapassar algumas das suas deficiências. Por outras palavras, resumindo e simplificando, podemos dizer que a variedade dos fenómenos produtivos apresenta diferentes “dimensões”: nacional, sectorial, empresarial e “local”. Assim, nesta “matriz geradora” da complexidade industrial, os sistemas locais têm um papel específico, essencial e insubstituível.

### As hipóteses fundamentais

A especificidade dos sistemas locais tem a ver com o modo como a economia do sistema das empresas se integra (e se apoia) no seu contexto ambiental. É o meio local, ponto de convergência de uma história natural e humana, que fornece às organizações produtivas alguns factores essenciais como a mão-de-obra, a estrutura empresarial, as infraestruturas materiais e imateriais, a cultura social e a organização institucional. A chave de leitura territorial revela, assim, a natureza *circular*, ou melhor, em espiral e complexa, do processo produtivo: produzir não significa apenas transformar um conjunto de *inputs* (dados) num *output* (produto acabado) de acordo com processos técnicos específicos e num determinado prazo, mas significa também *reproduzir* os pressupostos materiais e humanos que estão na origem do próprio processo produtivo.

4 Cf. Pigou, 1951.

A produção de *mercadorias* inclui a reprodução social do *organismo produtivo*: um processo verdadeiramente “completo” deveria produzir, juntamente com as mercadorias, os valores, os conhecimentos, as instituições e o ambiente natural que o perpetuam.

A especificidade e a importância teórica do contexto local relativamente a qualquer outro tipo de contexto reside na oportunidade e necessidade que oferece de examinar *ao vivo* a produção como fenómeno circular que estabelece uma “íntima relação” entre os aspectos técnicos ou económicos (em sentido restrito) e os aspectos sociais, culturais e institucionais. Devolver a produção aos locais onde se desenrola e aos grupos humanos que nela interferem, significa portanto reconduzir os quadros teóricos que a interpretam à ideia de *processo produtivo completo*, isto é, de um processo que engloba todas as actividades necessárias à reprodução dos pressupostos materiais e humanos da própria produção.

Analisar o modo como a produção de bens e serviços se integra, de forma territorialmente diferenciada, no respectivo contexto territorial sócio-cultural, não significa apenas determinar as diferenças de morfologia territorial, de cultura (valores e conhecimentos) ou de instituições a que a história deu origem, e dos respectivos efeitos, directos e imediatos, na produtividade dos processos económicos. Muitos contextos locais — os que apresentam uma natureza sistémica — não se limitam a ser “recipientes” de diversidade histórica, mas constituem autênticos *laboratórios* cognitivos onde constantemente se *experimentam, seleccionam e conservam* novas variedades. Em suma, o sistema local é, conjunta e simultaneamente, um local de acumulação de experiências produtivas e vivenciais, e um lugar de produção de conhecimento novo. São precisamente estes os recursos decisivos do desenvolvimento do capitalismo industrial contemporâneo.

De facto, como procuraremos demonstrar, qualquer sistema local digno deste nome realiza uma integração do conhecimento explícito (a que chamaremos “codificado”) e do conhecimento tácito (a que chamaremos “contextual”)⁵. A civilização industrial moderna e contemporânea caracteriza-se por um constante processo de conversão do conhecimento codificado em conhecimento contextual e vice-versa. O conhecimento utilizado na produção não é, efectivamente, imutável, mas é continuamente reelaborado e aumentado graças a uma multiplicidade de processos de aprendizagem, uns de carácter localizado e outros menos ligados aos locais onde esse conhecimento foi produzido ou utilizado.

Retomando uma interessante esquematização de J. Nonaka (1993a 1993b), a aprendizagem divide-se em: a) *socialização* do conhecimento tácito, quando ocorre num contexto de experiência partilhada; b) *conversão* do conhecimento tácito em explícito; c) *recombinação* dos conhecimentos explícitos; d) *absorção* desses conhecimentos nos processos concretos de actuação (com produção constante de novo conhecimento tácito)⁶. Este complicado processo de “produção, conversão e circulação” dos conhecimentos que dá origem a espirais dialécticas, em cuja síntese existe “algo mais”, relativamente aos termos originais, ocorre — em parte — dentro dos sistemas locais que ligam dialecticamente o conhecimento codificado e transferível à experiência prática, ao vivido pelos indivíduos (agentes comuns ou cientistas) que os integram: é neste meio que se produz a socialização do conhecimento tácito e a sua conversão em conhecimento explícito. De certo modo, o processo ocorre pondo em relação locais diferentes: a absorção dos conhecimentos explícitos num determinado contexto estabelece uma ligação entre circuitos globais (de intercâmbio de conhecimentos explícitos) e locais específicos. Finalmente, a recomposição dos conhecimentos explícitos põe em contacto uma rede de locais virtuais que, graças ao código comum utilizado, operam em condições de contiguidade virtual, embora fisicamente distantes.

5 Relativamente ao conhecimento tácito reportámo-nos às obras clássicas de Polanyi, especialmente Polanyi, 1962 e 1967.

6 Trata-se de processos de codificação (conversão) e de descodificação (absorção), mas também de osmose vivencial (socialização) e de trabalho lógico-formal (recombinação).





A produção de conhecimentos acaba por ser também um processo *situado*: um processo que ocorre em locais determinados ou *na relação entre* locais determinados. E também isto remete para a questão, essencial e nunca acessória, dos contextos locais.

Esta visão geral estabelece uma distinção entre sistemas locais que produzem mercadorias que autofinanciam o processo de produção do conhecimento novo (por exemplo, um distrito industrial) e sistemas locais que não se autofinanciam (por exemplo, uma cidade universitária). Relativamente aos últimos, levanta-se naturalmente o problema de contribuírem para a produção e circulação do conhecimento novo melhorando, assim, a produtividade dos primeiros ou de quaisquer outros sistemas produtivos com excedentes.

Nesta perspectiva, a dimensão local torna-se um elemento fundamental da produção do novo conhecimento. Se encararmos os sistemas produtivos locais, objecto de análise neste artigo, como locais de integração entre o conhecimento contextual e o conhecimento codificado, não é possível concebê-los como formas tendencialmente fechadas, mas antes e sempre como segmentos activos dum circuito de aprendizagem e de produção de conhecimento novo que envolve todos os processos cognitivos e económicos do mundo.

### O processo produtivo completo

Para analisar a economia na óptica dos sistemas locais, o ponto de partida mais directo parece ser o já referido conceito de *processo produtivo completo*, no qual a produção de mercadorias está associada, consciente ou inconscientemente, à reprodução dos factores humanos e materiais da própria produção. Isto permite encarar a produção de conhecimento novo como um momento fundamental intrínseco da produção de bens e serviços.

Em boa verdade, no desenvolvimento sócio-económico do sistema mundial só poderia estar representada a correlação empírica dum processo produtivo completo. Se passarmos do sistema mundial para um subsistema social territorialmente definido, qualquer análise dos processos produtivos concretos que procure ser simultaneamente correcta (no sentido que acabámos de referir) e funcional deve contentar-se a ter como unidade de análise um *processo produtivo quase completo* que contenha o “núcleo essencial” das condições económicas e sócio-culturais da própria reprodução e desenvolvimento.

Não poderá conter, evidentemente, todas as condições, porque pelo menos a procura do próprio *excedente específico*<sup>7</sup> não pode, por definição, ser extrínseca dos subsistemas do sistema mundial. Cada sistema local recebe ainda do exterior, muitos estímulos que influenciam a sua situação interna: transformações do meio ambiente (cataclismos naturais, alterações climáticas, etc.), culturais (grandes correntes de pensamento, etc.) e concorrenciais (alterações dos mercados, etc.) influenciam, embora não determinem, em sentido restrito, o “comportamento” do próprio sistema local.

Para colocar no mercado o seu excedente específico (composto de determinados bens e serviços) e para responder às transformações da concorrência, o sistema local tem de alterar constantemente a sua estrutura interna. Os produtos, os processos, as relações da economia local com os mercados externos, as formas de organização do processo produtivo e de distribuição estão “condenadas” a contínuas reformulações e modificações. No entanto, para que o sistema local possa manter, neste contínuo processo transformativo, a sua identidade — por outras palavras, para que possa legitimamente afirmar-se que muda sem se converter num outro sistema<sup>8</sup> — há um *núcleo de identidade própria que pertence ao domínio dos valores, dos conhecimentos e das instituições e/ou ao sistema de relações que se mantém imutável*<sup>9</sup>. A

7 Sobre a noção de excedente específico, ver Becattini, 1991.

8 Ver, sobre esta questão, as esclarecedoras observações de Georgescu Roegen, 1971, p. 107-110.

9 Este núcleo invariável é o que a teoria dos sistemas autopoieticos designa por “organização” (Maturana e Varela, 1980, cap. 3). Para uma crítica bastante profunda, ver Zolo, 1986.

reprodução no tempo de um dado sistema local implica uma evolução que mantenha a identidade colectiva sem cristalizar as estruturas e os comportamentos em formas pré-constituídas.

Do ponto de vista económico, cada sistema local corresponde, portanto, a um *segmento* do processo produtivo global: um segmento que, no entanto, tem uma autonomia parcial própria e uma identificação própria, justamente por ter uma identidade própria que, de certo modo, como adiante veremos, regula, dirige e conclui os processos evolutivos desencadeados pela dinâmica competitiva da economia global (mas também geradores dessa dinâmica). São precisamente estas características que fazem do sistema local uma *unidade de análise* particularmente adequada a um trabalho que pretenda activar o circuito cognitivo concreto-abstracto-concreto. Trata-se de isolar uma "parte da realidade social" que responda, de forma aceitável, às exigências de uniformidade e totalidade atrás indicadas e que se encontre, no momento, num nível de agregação compatível com a investigação de campo. O estudo de uma única empresa não responde, em geral, à primeira exigência, e o estudo do sistema mundial não responde à segunda. Assim, é preciso encontrar uma unidade de nível *intermédio* entre estes dois extremos. Ora essa unidade é, justamente, o sistema produtivo local.



### Os sistemas produtivos locais

Procedamos empiricamente: a actividade produtiva real apresenta adensamentos territoriais, aglomerações industriais localizadas que sugerem, por assim dizer, a formulação de alguns tipos ideais que nos interessam.

Há dois que nos parecem particularmente pertinentes:

— o *pólo industrial*, isto é, qualquer sistema local que se organize à volta de uma ou de várias grandes empresas solidamente implantadas num território circunscrito; trata-se aqui de analisar a grande empresa juntamente com o seu contexto sócio-cultural e as suas relações dentro do processo produtivo de bens e de conhecimento novo; o tipo ideal de pólo industrial comporta algumas variantes que vão da clássica *company-town*, área urbana dominada por uma única grande empresa, à *área industrial polarizada* onde uma rede complexa de subcontratação é utilizada por uma ou várias grandes empresas que não controlam directamente nem hierarquicamente o comportamento dos outros operadores, mas que se limitam a orquestrar indirectamente a divisão local do trabalho;

— o *distrito industrial*, onde a divisão do trabalho entre muitos operadores especializados, geralmente empresas pequenas ou muito pequenas, não é estabelecida por uma grande empresa, mas pela mesma raiz cultural e por um forte sentimento de pertença. Em alguns casos, o distrito leva a cabo uma divisão do trabalho que não só rivaliza com a que é organizada pela grande empresa, mas também se revela mais adaptável e diferenciada, ao ponto de conferir às pequenas empresas localizadas nos distritos uma vantagem competitiva, relativamente às grandes organizações fordistas, na produção de determinados bens. Quanto aos distritos, podem também distinguir-se duas formas: um distrito tipicamente marshalliano e um distrito mais próximo da experiência italiana do após-guerra<sup>10</sup>.

Os tipos ideais de pólo industrial (grande empresa territorializada) e de distrito industrial (pequenas e médias empresas territorialmente ligadas) bastam para exemplificar os aspectos metodológicos e gerais da nossa proposta, mas não é difícil imaginar que uma observação mais atenta das formas industriais passadas e presentes pode fornecer-nos um conjunto bastante vasto de tipos ideais, conjunto esse que, por um lado, permitiria uma análise cada vez mais profunda da fenomenologia industrial e, por outro, colocaria ao serviço do estudo dos percursos evolutivos dos sistemas locais pelo menos parte das condições preliminares.

<sup>10</sup> A propósito desta distinção, ver S. Brusco, 1990.



### O que revela a história dos estudos sobre o distrito industrial

Como é sabido, a grande empresa foi sobretudo estudada como organização técnico-produtiva, tendo-se nitidamente subvalorizado, pelo menos até agora, a sua relação com os aspectos sócio-culturais dos contextos de implantação<sup>11</sup>.

A história dos estudos sobre os distritos industriais é, porém, diferente. Aqui, a interligação das condições económico-produtivas e as condições sócio-culturais da reprodução e do desenvolvimento do sistema local tornava-se evidente desde o início — pelo menos, para quem não estivesse cego pelo economicismo ingénuo da generalidade dos economistas neoclássicos e marxistas. O conceito de distrito começa por ser, de facto, *sócio-económico* e como tal se tem mantido ao longo das vicissitudes por que tem passado. Precisamente devido à sua natureza disciplinarmente “híbrida”, este conceito tem grande dificuldade de penetrar na selva compacta dos conceitos económicos estabelecidos.

Quando, nos anos setenta, se tentou introduzir, ou melhor, reintroduzir no debate científico, o conceito de distrito industrial, o esforço foi particularmente difícil devido à nítida separação entre as diferentes disciplinas sociais e devido ao facto de se ter consolidado na economia a convicção de que as economias externas — consequência natural, embora não única, do conceito de distrito<sup>12</sup> — eram uma construção puramente fictícia. Sem economias externas, fascinada pelas economias internas de grande escala e do taylorismo, propensa a uma nítida subvalorização das deseconomias internas do *management*<sup>13</sup>, marcada por uma forte desconfiança positivista relativamente a conceitos “vagos” como o conceito marshalliano de “atmosfera industrial”<sup>14</sup>, é fácil entender que a maioria dos economistas tivesse oposto resistência à ideia de que as pequenas empresas fossem capazes, por “simples” aglomeração territorial, de competir com a grande empresa, sem ser apenas episodicamente.

Se havia conclusões sobre as quais todas as grandes escolas de pensamento económico estavam de acordo, eram a tendência para a concentração técnica e económica, a crescente afirmação das macroestruturas e a inexorável marginalização da pequena empresa. Às pequenas empresas isoladas ou territorialmente agrupadas nada mais restava do que o espaço do mercado marginal e precário que a concorrência entre as grandes empresas deixava livre.

Não vamos aqui reconstituir o caminho percorrido pelos “distritalistas” italianos para obterem o reconhecimento do seu conceito fundamental. Basta dizer que, hoje, o conceito de distrito industrial conquistou um lugar — pequeno, talvez, mas suficientemente estável e aceite — entre os instrumentos do economista industrial (Grillo e Silva, 1989: 441-444)<sup>15</sup>, regional (Ciciotti, 1993: 59-66), do trabalho (Frey, 1993), da agricultura (Cecchi, *et al.*, 1991: 218-225) e do desenvolvimento (Volpi, 1994). Esse reconhecimento deve muito quer a desenvolvimentos da teoria económica que permitiram exprimir em linguagem económica uma grande parte, embora limitada, da fenomenologia do distrito industrial<sup>16</sup>, quer a desenvolvimentos paralelos em áreas da investigação social que lhe estão próximas (sociologia, geografia, organização empresarial), quer ainda ao sólido êxito que algumas das hipotéticas implicações empíricas do conceito

11 Daí que seja escassa a comunicação entre os estudiosos da grande empresa e os das áreas territoriais dominadas por ela.

12 Não único, como o demonstra o facto de S. Brusco ter aí chegado sem passar pela via marshalliana.

13 Revelador de todos estes obstáculos é a obra de juventude, aliás meritória, de Joseph Steindl (1945; trad. italiana 1991).

14 Para um exemplo recentíssimo de um autor que utiliza e valoriza a “atmosfera industrial” marshalliana, ver Krugman, 1991, p. 53-54.

15 E mais recentemente o relatório de Marchionatti e Silva (1993) apresentado em Milão no Congresso de Economia e Política Industrial.

16 Um contributo fundamental neste sentido foi dado pela teoria dos custos de transição que remonta a Coase (1937) e Williamson (1986; trad. It. 1987); ver Dei Ottati (1987; 1993) sobre a utilização deste conceito no esclarecimento da fenomenologia do distrito industrial.

obtiveram na prática<sup>17</sup>. A verdade é que o desprezo pelos fundamentos extraeconómicos da eficiência industrial, que tão bons resultados obtivera no caso da grande empresa ford-taylorista, não resultou bem aqui. Os economistas que decidiram estudar o distrito industrial foram obrigados, desde o início, a contaminarem-se com conceitos extraeconómicos e a discutir prolongadamente com colegas não economistas de áreas das ciências sociais.



### A empresa global

Na perspectiva aqui assumida, a produção tem sempre um enraizamento territorial, mesmo que a empresa possa — por sua própria conta e se tal lhe parecer conveniente — desenvolver estratégias tendentes a libertar-se dos condicionamentos que daí possam advir. Mesmo as empresas “globais”, das quais o tipo ideal é representado pelas multinacionais de grande ou muito grande dimensão, vão procurar para a sua reprodução e desenvolvimento, valores, conhecimentos e instituições de formação nos vários locais (provavelmente sistemas produtivos locais) em que estão instaladas as suas unidades de produção, direcção e venda<sup>18</sup>.

Há, no entanto, nelas — como em qualquer empresa — um conflito entre duas exigências opostas, mas simultâneas, da autovalorização do capital: a necessidade de se ligar e, simultaneamente, de se emancipar de qualquer condicionamento “humano” da produção. Por um lado, a empresa global procura um enraizamento histórico (territorial e/ou tecnológico) e, por outro, procura uma mobilidade territorial, tecnológica e comercial total e absoluta.

Se o desenraizamento do âmbito local da produção ou da distribuição significar uma reduzida capacidade de compreensão e utilização das especificidades locais, as vantagens da mobilidade podem traduzir-se num factor de enfraquecimento para a empresa global. Não é por acaso que, nos últimos vinte anos, as estratégias das multinacionais sofreram uma mudança relativamente aos modelos dominantes até aos anos sessenta. Hoje é importante não só impor um modelo de empresa que tenha êxito em qualquer contexto em que se instale, mas também encontrar os canais adequados de utilização e de ligação com os ambientes em que se opera, conferindo flexibilidade à forma de actuar e recorrendo à competência de parceiros e gestores locais.

E no entanto, embora não possam prescindir completamente de um certo enraizamento territorial (por exemplo, a sede principal fica geralmente no local de origem) ou étnico (por exemplo, emprega preferencialmente membros de uma determinada comunidade étnica), as empresas globais estabelecem, em regra, com os locais onde operam e com as respectivas populações, laços menos íntimos e menos estáveis do que os das pequenas ou médias empresas dum distrito industrial.

### Conhecimento codificado e conhecimento contextual

Para uma análise mais profunda da relação dialéctica entre o global e o local, que é aqui objecto de estudo, temos de voltar à distinção entre *conhecimentos codificados* e *conhecimentos contextuais*. Ligado que está à memória e à interpretação da experiência pessoal, este segundo tipo de conhecimento é essencialmente tácito e informal e só pode ser socializado directamente por meio de processos longos e difíceis de partilha de contextos e experiências. Por ser rico em conceitos “dialécticos” (ou seja, cercado de penumbra semântica), segundo Georgescu-Roegen (1971: 45-47), resiste fortemente às economias de escala da formação especializada.

O desenvolvimento da produção industrial, assente na divisão do trabalho e na formação especializada, exige que pelo menos uma parte do conhecimento contextual local se

17 A lei nº 317/1991 e a desvalorização da lira em 1992 alteraram significativamente a aceitação do conceito de distrito e da problemática do desenvolvimento local, por parte dos agentes económicos e políticos.

18 Existe uma vasta bibliografia sobre a empresa global, quer no domínio da economia de empresa quer no da economia política. Sobre o tema específico das relações entre empresas globais e sistemas locais, a obra mais representativa é ainda a de Amin e Robins (1990).



descontextualize e converta num espécie de código abstracto. Trata-se de um processo particularmente complexo que passa pelo recurso criativo de metáforas e analogias, veículos da experiência individual especialmente eficazes em ambientes culturalmente homogêneos, como o pólo industrial ou o distrito industrial. São ambientes em que é especialmente fácil socializar o conhecimento tácito amadurecido na actividade produtiva.

Mas o processo de produção de conhecimento novo não poderia reproduzir-se localmente se não existisse um mecanismo que permitisse conjugar o conhecimento explícito e codificado, que circula na rede global, com o conhecimento tácito e contextual do sistema local. Este mecanismo, que consiste, afinal, na aplicação do conhecimento científico e tecnológico na resolução dos problemas da vida e da indústria, tem uma influência fundamental na criação das vantagens competitivas, já que do seu êxito depende a sobrevivência e o desenvolvimento das empresas que constituem o sistema local. Não se trata de um problema "platónico" de aprendizagem, mas de um problema prático de sobrevivência económica.

Activa-se, assim, um processo de integração das duas esferas cognitivas: a local, ligada ao contexto, e a global, ligada aos códigos. Essa integração pode realizar-se por meio de:

- a) *códigos tecnológicos*, se o conhecimento estiver incorporado nas mercadorias (matérias-primas, máquinas, componentes, produtos acabados) e for transferida com elas;
- b) *códigos organizativos*, se o conhecimento circular de um local para outro dentro da mesma organização (como a administração pública ou uma grande empresa), graças a elementos de homogeneidade garantidos por poder hierárquico e uma cultura organizativa comuns;
- c) *códigos comunicativos*, se o conhecimento se transmitir por interacção comunicativa, através de linguagens e normas comuns.

O desenvolvimento dos vários códigos que possibilitam a transferência de conhecimento constitui uma parte importante da evolução da organização económica, a partir da revolução industrial. Dos códigos tecnológicos inscritos nas máquinas que foram responsáveis pelo desenvolvimento do capitalismo no século XIX, passou-se aos códigos organizativos que marcaram a longa carreira do fordismo e, finalmente, aos códigos comunicativos que caracterizam o novo paradigma emergente pós-fordista.

### Integração versátil

Deve estabelecer-se uma relação de integração recíproca entre conhecimentos transferíveis e contextuais. Essa relação, que deve adaptar o conhecimento abstracto à especificidade de cada contexto, tem inevitavelmente um "ponto de crise". O circuito de conversão que codifica e descodifica, que liga o global ao local, consubstancia-se num complexo processo de *integração versátil*. Esse processo assenta, em parte, nas capacidades de explorar variantes, de adaptar conhecimentos, de aprender com o contexto de utilização e de generalizar os resultados, as capacidades próprias das tecnologias e das organizações avançadas. Mas é cada vez mais importante que isso seja assegurado pelo intercâmbio de ideias e pela comunicação individualizada (incluindo a comunicação pessoal) que se estabelece nos sistemas locais (e nos locais virtuais) entre pessoas e grupos que desenvolveram uma capacidade especial para criar uma relação criativa entre códigos abstractos e contextos de experiência local.

Uma forma elementar de integração versátil é a que é oferecida pelos especialistas e pelas técnicas utilizadas nos *projectos tecnológicos* de máquinas e de produtos destinados a servir de meio de transmissão de conhecimento. O problema fundamental que cada projecto de máquina ou produto tem de resolver é o de conseguir que um esquema abstracto e invariável possa resultar em contextos operacionais diferentes. O projecto é sempre um exercício de imaginação *pluricontextual*: não pode limitar-se ao *núcleo* da máquina, tem também e sobretudo de ter em conta a plataforma que estabelece a relação entre o núcleo invariável e um ambiente de utilização diferente e variável (Simon, 1981, secção 2.1).



Em casos em que a capacidade de integração versátil oferecida pela tecnologia não se aplica, pode aplicar-se a organização. Na empresa fordista, por exemplo, o processo de integração cognitiva assume a forma de “organização científica do trabalho”, com uma direcção central, processos próprios e os seus meios de planificação e de controlo. É a organização que serve de plataforma entre as exigências de abstracção, imposta pela normalização das operações produtivas, e as operações pluricontextuais da gestão do funcionamento que dirige os múltiplos e variados contextos de trabalho (Di Bernardo e Rullani, 1990, cap. 7).

Nas condições pós-fordistas, ao lado da integração tecnológica e da integração organizativa, surge — com um papel fundamental — a integração efectuada através da comunicação e das relações entre uma multiplicidade de actores autónomos, portadores das exigências dos diferentes contextos operativos. Dentro da empresa, a função de integração cognitiva deixa de ser um atributo exclusivo do centro e vai-se difundindo por toda a organização, até chegar à unidade operativa. Neste quadro, as capacidades comunicativas e de relacionamento avançam do centro para a periferia, ou melhor, difundem-se por toda a rede da unidade operativa. Assim, o mecanismo de integração versátil assume uma forma difusa e torna-se, ele próprio, pluricontextual (Di Bernardo e Rullani, 1991, cap. 12).

A integração tecnológica, a integração organizativa e a integração comunicativa não dependem só da eficiência dos códigos utilizados pelos projectistas das máquinas, pelos técnicos de organização ou pelos intervenientes na relação comunicativa. A codificação e descodificação dos conhecimentos implica, de facto, uma competência e uma capacidade que não podem traduzir-se num simples código normalizado. Trata-se, pelo contrário, de competências complexas, muitas vezes efémeras, quase sempre “indescritíveis” que só podem ser adquiridas através da *experiência directa*, da prática constante ou da observação imediata individual ou colectiva (o “ver como se faz”). Em conclusão, os *integradores flexíveis* que comandam, no sistema local ou na empresa global, a codificação e descodificação dos conhecimentos, e, por consequência, a produção de conhecimento novo e, simultaneamente, de mercadorias, são pessoas ou grupos de pessoas que utilizam aptidões sedimentadas pelo tempo, situados em contextos “locais” (geográficos ou virtuais) bem definidos. Mesmo no caso deste tipo de competências e de capacidades numa empresa *plurilocalizada*, não pode dizer-se que elas existem na empresa de forma abstracta, sem particularidades históricas ou territoriais. As competências em causa, mesmo quando pertencem juridicamente a uma empresa global, estão sempre situadas, ligadas a uma história e a relações sociais com uma identidade local, mais ou menos forte, mas sempre significativa. Por outras palavras, os integradores flexíveis inscritos numa dada organização gerem códigos tecnológicos, organizativos e comunicativos num contexto de experiência que tem sempre, e muitas vezes de forma determinante, uma especificidade local.

Os sistemas locais estão, portanto, directamente implicados no desenvolvimento desta função cognitiva determinante. Utilizam o conhecimento contextual e os valores e as instituições que lhes são próprias para filtrarem, metabolizarem e aplicarem o conhecimento transferível exigido pelas necessidades de concorrência e da reprodução do sistema económico. A evolução industrial, que depende destas formas de conversão de conhecimentos, não pode ser nem prevista, nem analisada nem controlada se os integradores flexíveis situados no território — e as suas particularidades — não forem tidos em conta.

### Local e global

No quadro acima traçado, o progresso industrial é concebido como uma espécie de grande circuito que, por um lado, difunde nos sistemas locais o conhecimento já codificado e, por outro, alimenta a rede global com um novo (ou antigo, mas ainda não codificado) conhecimento contextual dos sistemas locais e das empresas globais.

Neste esquema, a dimensão local não se restringe aos limites dum local específico, mas através de processos de relação e divisão do trabalho vai-se expandindo interlocalmente e, por fim,



globalmente. Quer isto dizer que um lugar não é um sistema local se não houver ramificações que o liguem ao circuito global. Tal como em relação à empresa pode dizer-se que ela não está completa se não tiver uma rede de venda e uma clientela, também de um lugar produtivo pode dizer-se que não é (que ainda não é ou já não é) um sistema produtivo local se não dispuser de uma rede sólida de colocação dos seus produtos e de uma “imagem” própria. Além disso, a globalidade não se desenvolve por oposição às especificidades dos lugares individuais, mas, pelo contrário, alimenta-se deles.

Isto não exclui, naturalmente, que possa dar-se o caso de uma empresa global reduzir ao mínimo as suas relações com as especificidades locais, ou dum sistema local se fechar sobre si mesmo e escapar à espiral da evolução industrial geral. A história está cheia de casos em que se verificou ou uma ou outra destas variantes extremas do esquema proposto, mas os resultados são frágeis.

A multinacional “clássica” dos anos cinquenta e sessenta, que universalizava a experiência americana, ou a actual empresa global que, nalguns casos, ignora a diversidade dos “ambientes locais” e encara a economia mundial como um espaço sem variedades de monta são dois exemplos manifestos de uma relação entre o global e o local que desvaloriza o conhecimento contextual dos locais em que opera a multinacional (excepto, evidentemente, o do local de origem) e aposta tudo no poder competitivo do conhecimento codificado e das economias de grande escala<sup>19</sup>.

O esquema de relações entre o local e o global aqui proposto não exclui que casos desses sejam importantes em fases, sectores ou situações particulares, e que a teoria possa legitimamente propor modelos de empresa global que lhes correspondam. Exclui, porém, que esses casos esgotem todas as possibilidades de relações entre o global e o local que possam surgir no funcionamento prático das empresas. Se se considerar que a empresa global desterritorializada não é a regra geral, mas um caso particular, a abordagem aqui proposta permite examinar as circunstâncias — também elas particulares — que fazem dela uma das muitas formas a que a evolução industrial deu origem. Torna-se, assim, mais fácil explicar por que é que, à medida que aumenta a importância do conhecimento contextual e do seu reflexo na integração versátil, as políticas das empresas multinacionais tendem, como se disse, a dar mais importância ao reconhecimento e à valorização das especificidades locais.

O mesmo pode ser dito relativamente aos sistemas locais. A história da industrialização assistiu à sobreposição e ao desfazamento de ciclos de criação, consolidação e declínio de sistemas produtivos locais e, também, de empresas globais. Relacionar a evolução dos sistemas locais com uma dinâmica local-global unitária, significa não ceder à contemplação “localista” das especificidades locais em si, mas colocar essas especificidades num quadro mais amplo que as concebe como variantes presentes e activas, pelo menos potencialmente, na concorrência global. Os sistemas locais que tentam cortar, ou pelo menos atenuar essa relação “activa” fechando-se sobre si mesmos, são casos excepcionais. É verdade que não pode negar-se a existência de sistemas locais concretos que, incapazes de suportar o aparecimento das novas tecnologias e das novas regras organizativas transmitidas pelo conhecimento codificado e pela concorrência global, procuram fugir às solicitações do exterior, mas, a nosso ver, seria um erro centrar a análise desta fenomenologia nos casos, ainda que numerosos e frequentes, de fracasso de um mecanismo de industrialização de alcance geral.

Na realidade, como é lógico, os sistemas locais que revelaram maior vitalidade e capacidade de

<sup>19</sup> É nítida, por exemplo, a preferência das empresas americanas — até há poucos anos — pelo controlo total das suas associadas estrangeiras e pela aplicação, nessas empresas, das soluções tecnológicas, das formas organizativas e dos processos utilizados na empresa-mãe. Esta atitude justificou-se enquanto se mostrou válido o pressuposto da superioridade intrínseca do modelo americano, em termos de modernidade e competitividade. Mas a partir do momento que esse pressuposto começou a ser abalado, compreendeu-se que a política de indiferenciação tinha inconvenientes (Vaccà e Rullani, 1983; Vaccà e Zanfei, 1989).

conservar a sua identidade tradicional foram justamente os que aceitaram o desafio da abertura para o exterior e da valorização, em redes globais, dos seus conhecimentos contextuais<sup>20</sup>.

As tradições e as experiências produtivas de um determinado sistema local podem circular, permutadas ou impostas, na rede global, sob a forma quer de produtos aceites no mercado quer de ideias organizativas (normalização, cadeias de produção, organização científica do trabalho, subcontratação, mercado comunitário, etc.) do processo produtivo. Quando uma experiência local (um *know how* específico, uma matéria-prima especial, etc.) não consegue entrar no circuito, fica conservada no repositório da cultura popular local, donde, aliás, pode mais tarde vir a ser repescada.

Em princípio, todos os lugares são depositários de conhecimentos contextuais, mas na realidade do mercado eles só se reproduzem de forma alargada se conseguirem integrar-se, pelos processos já referidos, no saber codificado, dando assim lugar à produção de bens para venda no mercado externo. Se os valores e as instituições dum determinado lugar tiverem conteúdos e formas que impeçam uma integração economicamente eficaz do conhecimento contextual local no saber codificado pertinente (resistência à inovação tecnológica, aversão ao risco empresarial, desprezo pelos processos manuais, etc.), cria-se, então, um circuito fechado que isola o referido lugar da evolução geral da indústria.

Assim, seria possível, para cada momento, conceber um mapa da rede de lugares (sistemas locais) que participam no grande circuito dos conhecimentos e das trocas, e dos lugares que se mantêm à margem.

### Reprodução e evolução dos sistemas locais

O conhecimento contextual (como, aliás, o conhecimento codificado) não se produz no espírito dum só indivíduo, como já se viu, mas sim no conjunto interactivo dos vários membros dum determinado grupo. Neste caso, dos membros dum sistema produtivo local.

O sistema local é um laboratório colectivo onde a socialização, a combinação, a transformação e a absorção dos conhecimentos se realizam por meio duma profunda divisão do trabalho que envolve numerosos indivíduos, mais ou menos submetidos a um poder regulador “forte” (que existe no pólo industrial, mas muito menos no distrito industrial). Na prática, é um processo em que se vai avançando por tentativas e ao longo do qual os sistemas locais se vão modificando *como se* tentassem isolar combinações de conhecimento contextual e de conhecimento codificado, de fórmulas organizativas e de configurações sócio—culturais, de forma a puderem manter-se no mercado e reproduzir-se. Dizemos “como se”, porque no sistema local não há verdadeiramente um *cérebro*, como num organismo biológico, que concebe, avalia e decide a resposta conjunta, mas sim uma rede bastante estável de ligações entre valores, conhecimentos e instituições que dá coesão aos vários subsistemas do sistema local e limita a variação das respostas conjuntas. Não há uma resposta cabal, directa e consciente do sistema local aos vários desafios do do meio ambiente, mas um conjunto de respostas dos diferentes subsistemas internos que, normalmente, não ultrapassa um certo grau de variação. Se ultrapassar, isso quer dizer que a “coesão cultural e institucional” do distrito não é forte, ou seja que a identidade do sistema local está a desagregar-se. Esse fenómeno surge, normalmente, aos olhos do economista como uma forma de “crise”, mas pode também apresentar aspectos mais evidentes de crescimento do que de declínio.

A história dum sistema local é a reconstituição da formação e da transformação de uma “lógica

<sup>20</sup> O caso de Prato é exemplar: o seu processo histórico começa pelo menos no século XVIII, e o seu sistema produtivo local tem sofrido constantes transformações no plano tecnológico (palha, têxteis, papel), no plano comercial (dos mercados da Ásia oriental e da África austral aos mercados europeus e dos Estados Unidos) e no plano organizativo (da empresa de integração vertical a desintegração vertical), numa procura de condições de competitividade e de capacidade de reprodução social.





de sistema" de base territorial que canaliza os comportamentos individuais e de grupo, só parcialmente conscientes das exigências sistémicas, para resultados favoráveis à reprodução e ao desenvolvimento do sistema local. Ao mesmo tempo, em termos psicológicos, é a reconstituição da criação e transformação numa imagem "forte" de sistema produtivo local, capaz de mobilizar sentimentos de identificação e de pertença que legitimam e fortalecem formas de expressão como a resposta de Prato ou de Carpi à desvalorização da lira, manifestações essas que ultrapassam o somatório das respostas dos agentes individuais.

### Perspectivas de investigação e sugestões para a política industrial

Esta proposta de leitura dos fenómenos sociais e económicos permite uma estratégia de investigação sócio-económica bastante diferente da geralmente adoptada pelos especialistas de economia política, de economia industrial e de economia empresarial.

As três grandes linhas orientadoras seriam as seguintes:

- a) uma individualização atenta dos sistemas produtivos locais (Sforzi, 1987 e 1990);
- b) um trabalho de campo, multidisciplinar e profundo, dos sistemas locais que analise as semelhanças e as diferenças entre eles, sem esconder, sempre que se mostrem fundamentais, as ligações entre fenómenos de áreas disciplinares diferentes; trata-se de ordenar e comparar, a partir das necessárias abstracções (historicamente determinadas), as regularidades e as divergências existentes no funcionamento dos sistemas produtivos locais, para tentar reunir uma série cada vez mais completa de tipos ideais que permita classificar racionalmente a pluralidade de formas de organização da produção e fornecer, pelo menos, alguns pressupostos para o estudo dos percursos possíveis entre tipos ideais;
- c) uma redefinição de grande parte do património conceptual e teórico da economia e das outras ciências sociais, em termos de inter-relações específicas entre os sistemas locais e de ligação à sua transformação; a análise sócio-económica interlocal poderia constituir um novo terreno ilimitado para o desenvolvimento das tradições científicas que não se repercutem no estudo sistemático dos microcosmos locais, tendo, porém, em conta as seguintes reservas: 1) as relações e os vínculos não derivam apenas do quadro natural da concorrência entre os sistemas locais, mas também da influência (poderíamos, até, dizer interferência) das empresas globais; 2) surgem descontinuidades importantes no plano do Estado-nação e dos reagrupamentos "regionais" de estatização.

Creemos que, numa investigação deste tipo, o primeiro problema que surge é o do confronto entre as ideias generalizadas sobre o financiamento normal do capitalismo e as várias experiências desses autênticos "microcosmos sociais" que são os sistemas produtivos locais. Um confronto que não reduza a leitura do particular à especificação do modelo, mas que procure manter aberto o circuito particular-geral-particular: a unidade na multiplicidade e a multiplicidade na unidade. O segundo problema é o *modus operandi*, ainda em grande parte desconhecido, do processo de integração local de conhecimento contextual e conhecimento codificado. Trata-se de descobrir *como se regeneram*, em formas localmente coesas, o trabalho, as relações, a cultura e as infraestruturas materiais e imateriais que conferem identidade a um lugar e fazem dele origem e destino importante da divisão mundial do trabalho. É inútil lembrar que este objectivo se torna ainda mais difícil de atingir por implicar o recurso a várias disciplinas sociais cujos instrumentos próprios não podem ser directamente utilizados: há que adaptar os conceitos às exigências desta leitura.

Paralelamente, trata-se também de realizar trabalhos empíricos e teóricos sobre a "tecnologia" da produção e do consumo, sobre as formas de organização do processo produtivo e sobre a sua conformidade com as formas de organização do processo social e político. É fácil concluir que esses trabalhos permitem enquadrar conceptualmente a sucessão histórica das transformações dos sistemas locais concretos no espaço pluridimensional das possibilidades evolutivas.

Esta orientação da investigação tem um evidente significado prático. Os sistemas locais são — muito mais do que as empresas globais que podem transferir o seu centro de acumulação e de administração de um país para outro — os verdadeiros *recursos críticos* duma economia nacional, cujas vantagens competitivas dependem cada vez mais do grau de integração entre economia e sociedade, entre conhecimento codificado e contextual que se atingiu nos locais onde se concentram as suas populações. A importância dos sistemas produtivos locais, da sua multiplicidade e variedade, e da sua complementaridade dinâmica foi durante muito tempo subvalorizada e recusada como recurso fundamental dum país. Hoje, quando a modernização já não promete (ou não ameaça) substituir os contextos que constituem um legado histórico, mas quase procura apoiar-se neles, torna-se sobremaneira importante conservar e valorizar o património dos sistemas locais que as gerações passadas legaram a cada país. Os sistemas locais são, de facto, organismos de formação lenta e difícil, e perante as pressões competitivas provocadas pela globalização dos mercados, correm o perigo de se desintegrarem e extinguírem. A desintegração dum sistema local é uma perda irreparável para um país, porque a destruição ou a dispersão de experiências e potencialidades específicas reduz a complexidade do próprio país e, conseqüentemente, a possibilidade de fornecer soluções originais para novos problemas.

A par, ou talvez antes da concepção habitual de sistema industrial nacional como um sistema de sectores produtivos inter-relacionados (quadros de *input-output*) que corresponde à concepção económica tradicional de separação entre relações técnico-económicas e relações sócio-culturais e institucionais, e de desprezo pelos condicionamentos históricos e geográficos, deve construir-se um *tableau* dos sistemas produtivos locais que estão na origem da rede dos fluxos que unem os sistemas locais entre si e com o “exterior”, e da tipologia dos processos através dos quais se produzem, conjunta ou separadamente, os bens e o conhecimento novo. Só um *tableau* deste tipo — construído directamente a partir das relações sócio-económicas “historicamente determinadas”, e não sobreposto formalmente, como acontece com os quadros habituais de *input-output*, ao emaranhado dos fenómenos — pode garantir uma política industrial racional ou sistemática. Não se pretende impor a um país a tarefa intrinsecamente frustrante de procurar atingir a estrutura sectorial “óptima” (em sentido geral), nem que fomenta ou proteja genericamente a actividade industrial, mas que procure descobrir a especificidade e as potencialidades visíveis e ocultas dum património cultural nacional (composto, por sua vez, de múltiplos patrimónios locais) e que daí extraia o contributo específico e único para o complexo processo de produção e circulação de conhecimentos, valores, instituições e, *last but not least*, de bens.

Tradução de Teresa Lello  
Revisão de Joaquim Feio



**Referências Bibliográficas**

- Amin, A.; Robins, K. (1990) *Industrial districts and regional development: Limits and possibilities*, in Pyke, F. et al., 1990.
- Becattini, G. (org.) (1987) *Mercato e forze locali. Il distretto industriale*, Bolonha, Il Mulino.
- Becattini, G. (1991) *Il distretto industriale marshalliano come concetto socio economico*, in Pyke, F. et al., 1991.
- Benedetti, E. (org.) (1989) *Mutazioni tecnologiche e condizionamenti internazionali*, Milão, FrancoAngeli.
- Boyer, R. (1986a) *Capitalisme fin de siècle*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Boyer, R. (1986b) *La théorie de la régulation: une analyse critique*, Paris, Editions de la Decouverte.
- Boyer, R. (1988) Alla ricerca di alternative al fordismo: gli anni Ottanta, *Stato e mercato*, 24.
- Brusco, S. (1989) *Piccole imprese e distretti industriali*, Turim, Rosenberg & Sellier.
- Brusco, S. (1990) *The idea of industrial districts: its genesis*, in Pyke, F. et al., 1990.
- Cecchi, C. et al., (1991) *Economia e politica dell'agricoltura e dell'ambiente*, Milão, Cedam.
- Chandler, A. D. (1977) *The Visible Hand. The Managerial Revolution in American Business*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Ciciotti, E. (1993) *Competitività e territorio. L'economia regionale nei paesi industrializzati*, Roma, Nis.
- Coase, R. H. (1937) The nature of the firm, *Economica*, 4.
- Dei Ottati, G. (1986) Distretto industriale, problemi delle transazioni e mercato comunitario: prime considerazioni, *Economia e politica industriale*, 51; reeditado in Becattini, G. (org.), 1987.
- Dei Ottati, G. (1993) Fiducia, transazioni intrecciate e credito nel distretto industriale, *Note Economiche*, 1/2.
- Di Bernardo, B.; Rullani, E. (1990) *Il management e le macchine. Teoria evolutiva dell'impresa*, Bolonha, Il Mulino.
- Di Bernardo, B.; Rullani, E. (1991) *Le dimensioni di impresa. Scala, scopo, varietà*, Milão, FrancoAngeli.
- Dore, R. (1988) *Taking Japan Seriously: A Confucian Perspective on Leading Economic Issue*, Stanford (CA), Stanford University Press; tradução italiana: *Bisogna prendere il Giappone sul serio. Saggio sulla varietà dei capitalism*, Bolonha, Il Mulino, 1991.
- Frey, L. (1993) *Studi sul mercato del lavoro e organizzazione del lavoro*, comunicação apresentada ao colóquio: *Economia e politica industriale in Italia dal 1973 al 1993*, Milão, 12-13 Novembro, (no prelo).
- Georgescu-Roegen, N. (1971) *The Entropy Law and the Economic Process*, Cambridge, Mass., Harvard University Press; tradução italiana parcial in *Analisi di economia e processo economico*, Florença, Sansoni, 1973.
- Grillo, M.; Silva, F. (1989) *Impresa, concorrenza e organizzazione. Lezioni di economia e politica industriale*, Nis, Roma.
- Krugman, P. (1991) *Geography and Trade*, Cambridge, Mass., MIT Press.

- Marchionatti, R.; Silva, F. (1993) *L'evoluzione degli studi di economia industriale in Italia*, comunicação apresentada ao colóquio: *Economia e politica industriale in Italia dal 1973 al 1993*, Milão, 12-13 Novembro, (no prelo).
- Maturana, H. R.; Varela, F. J. (1980) *Autopoiesis and Cognition. The Realization of the Living*, Reidel, Dordrecht; tradução italiana: *Autopoiesi e cognizione. La realizzazione del vivente*, Veneza, Marsilio, 1985.
- Nonaka, I. (1993a) A dynamic theory of organizational knowlwdge creation, *Organizational Science*, (no prelo).
- Nonaka, I. (1993b) *On a Knowledge Creating Organization*, comunicação apresentada ao Congresso AIF: *Nuovi alfabeti*, Parma, Outubro.
- Piore, M. J.; Sabel, C. (1987) *Le due vie dello sviluppo industriale. Produzione di massa e produzione flessibile*, Milão, Isedi.
- Pigou, A. C. (1951) Some aspects of welfare economics, *American Economic Review*.
- Polanyi, M. (1962) *Personal Knowledge. Towards a post-Critical Philosophy*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- Porter, M. (1985) *Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance*, Nova Iorque, The Free Press.
- Porter, M. (1990) *The Competitive Advantage of Nations*, Londres, Macmillan.
- Pyke, F. et al. (1990) *Industrial Districts and Inter-firm Cooperation in Italy*, Genève.
- Pyke, F. et al. (1991) *Distretti industriali e cooperazione tra imprese in Italia*, Florença, Banca Toscana.
- Salais, R.; Storper, M. (1992) The four worlds of contemporary industry, *The Cambridge Journal of Economics*, 16.
- Steindl, J. (1945) *Small and Big Business*; tradução italiana: *Piccola, grande impresa*, Milão, FrancoAngeli, 1991.
- Simon, H. A. (1981) *Le scienze dell'artificiale*, Bolonha, Il Mulino.
- Sforzi, F. (1987) *Riflessioni sul distretto industriale: un'ipotesi di identificazione spaziale*, in Becattini, G. (org.), 1987.
- Sforzi, F. (1990) *The competitive importance of Marshallian industrial districts in the Italian economy*, in Pyke, F. et al., 1990.
- Vaccà, S.; Rullani, E. (1983) Oltre il modello classico di impresa multinazionale, *Finanza, Marketing e Produzione*, 2.
- Vaccà, S.; Zanfei, A. (1989) L'impresa globale come sistema aperto a rapporti di cooperazione, *Economia e politica industriale*, 64.
- Volpi, F. (1994) *Introduzione alla teoria dello sviluppo economico*, (no prelo).
- Williamson, O. E. (1986) *Economic Organization: Firms, Markets and Political Control*, Brighton, Wheatsheaf Books.
- Zolo, D. (1986) Autopoieses: critica di un paradigma conservatore, *MicroMega*, 1.

